

# FERROGRÃO SUBESTIMA IMPACTOS, CUSTOS E PRAZO

O projeto da EF-170 subestima impactos socioambientais, custos e prazo de execução. As instituições financeiras devem analisar riscos jurídicos, econômicos e de reputação, como o de se tornarem responsáveis solidários por danos à natureza e populações locais, sob a lei brasileira, normas internacionais e políticas institucionais de responsabilidade socioambiental (ESG)

## VEJA 9 ALERTAS PARA O PROJETO



**1**  
**Ignora critérios internacionais de sustentabilidade**  
Dos 10 Componentes Socioambientais mais relevantes listados em diretrizes internacionais, **apenas 3 foram previstos** no EVTEA da ferrogrão, que ignora impactos em povos ribeirinhos, no ar e no clima, entre outros.



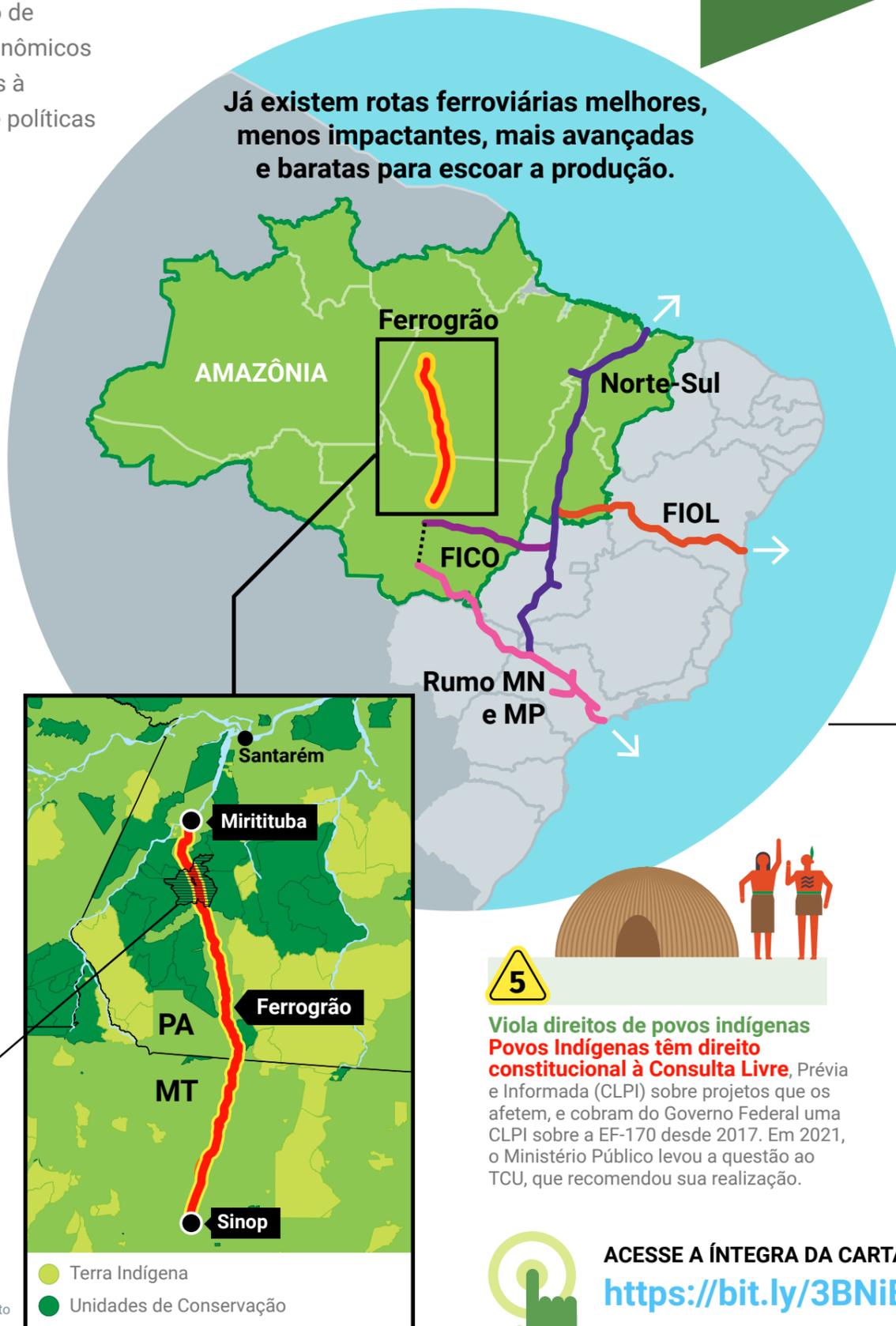
**2**  
**Subestima o desmatamento de mais de 2 mil km<sup>2</sup> de floresta**  
A ferrovia proposta pode estimular desmatamentos em 48 municípios de 3 estados, ameaçando quase 50 mil km<sup>2</sup> de florestas, **uma área 20% maior que o estado do Rio de Janeiro**. Só em Mato Grosso, 2.043 km<sup>2</sup> de matas nativas podem ser destruídos.



**3**  
**Estimula a grilagem de terras e conflitos fundiários**  
Desde o anúncio da rota da EF-170, em 2016, se **agravaram os conflitos e as invasões** de Unidades de Conservação, assentamentos da Reforma Agrária, terras indígenas e de outros povos tradicionais, e retrocessos legais favoreceram posseiros e grileiros da região.



**4**  
**Aumenta pressão para diminuir unidades de conservação**  
A proposta de ferrovia corta o **Parque Nacional do Jamanxim**. Para permitir isso, uma medida provisória alterou os limites e excluiu 852 hectares do parque. Mas isso foi suspenso em março de 2021 pelo STF, que entendeu que não se pode alterar Unidades de Conservação por MP.



**5**  
**Viola direitos de povos indígenas**  
**Povos Indígenas têm direito constitucional à Consulta Livre**, Prévia e Informada (CLPI) sobre projetos que os afetem, e cobram do Governo Federal uma CLPI sobre a EF-170 desde 2017. Em 2021, o Ministério Público levou a questão ao TCU, que recomendou sua realização.



**6**  
**Contraria os compromissos de zero desmatamento assumidos pelas empresas agropecuárias**  
Multinationais do agronegócio que, nos anos 2000, admitiram que a soja é vetor do desmatamento na Amazônia e se comprometeram a zerá-lo estão entre os proponentes da ferrogrão, que **vai estimular o cultivo de soja e a destruição da floresta**.

**7**  
**Tem custos de construção subestimados e retorno aquém do projetados**  
Análises independentes, baseadas na experiência do país na execução de ferrovias, apontam que os custos de capital (CAPEX) e outras projeções do projeto que o Governo enviou ao TCU **são irreais**.

| Projeto enviado ao TCU | Cenário realista |
|------------------------|------------------|
| R\$ 8,4 bi             | R\$ 29,0 bi      |
| 9 anos                 | 21,9 anos        |

Nota: O custo (CAPEX) e o tempo de implantação são os valores comparados.

**8**  
**Faz avaliação falha da concorrência**  
Mato Grosso tem hoje duas ferrovias em andamento, muito mais avançadas do que o projeto da EF-170. A ferrovia estadual da Rumo e a FICO **inviabilizam o retorno financeiro** da ferrogrão pois levarão as mesmas cargas e, ao contrário do que diz o EVTEA, estarão concluídas antes.



**9**  
**Não avalia as rotas alternativas**  
O EIA do projeto **não analisa rotas com menor risco** para danos e conflitos socioambientais, e o EVTEA não explicita por que o escoamento de grãos pelo norte do país seria mais eficiente e menos impactante do que o escoamento por outras rotas.

ACESSE A ÍNTEGRA DA CARTA ALERTA  
<https://bit.ly/3BNiBFr>

